

A resistência tem rosto de mulher

Gabriela Campos Sgambatti¹
Gabriella Gomes de Carvalho²
Júlia Rodrigues Mulero³
Nicole Tieko Watanabe Lima⁴
Sidnei Ferreira de Vares⁵



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

 <https://doi.org/10.32459/2447-8717e317>

Recebido: 17-04-2024 | **Aprovado:** 29-04-2024 | **Publicado:** 05-03-2025

Resumo: Este artigo busca explicar sobre o presente estereótipo sobre as mulheres na história, neste caso, especialmente durante a ditadura militar brasileira, que reprimiu violentamente as mulheres, sobretudo as que se opuseram ao regime ditatorial. Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), as mulheres desempenharam um papel crucial na resistência ao regime opressor, lutando por seus direitos, justiça e igualdade. Muitas por isso, passaram por fortes repressões, torturas e até assassinatos, mas seguiram lutando por seus ideais. Explanaremos também acerca das mulheres revolucionárias do período, que se recusaram a apenas obedecer a ordens, mas que lutaram por seus direitos, mesmo em tempos difíceis, como: Zuzu Angel, Rose Nobrega, Thaís Azevedo, Crimêia, entre outras. Além disso, o presente trabalho aponta para a construção de uma memória coletiva sobre as experiências das mulheres durante a ditadura, ressaltando a necessidade de reconhecimento e valorização de suas contribuições na luta contra a opressão e pela democracia no Brasil, superando uma ideia estereotipada que foi construída acerca das mulheres.

Palavras-chave: Resistência. Ditadura militar brasileira. Resistência feminina. Memória. Mulheres revolucionárias.

¹ Estudante do Curso de Licenciatura em História do Centro Universitário Assunção.

² Estudante do Curso de Licenciatura em História do Centro Universitário Assunção.

³ Estudante do Curso de Licenciatura em Filosofia do Centro universitário Assunção.

⁴ Estudante do Curso de Licenciatura em Filosofia do Centro Universitário Assunção.

⁵ Doutor e mestre em Educação pela Faculdade de Educação da USP (FEUSP). Pós-doutorando pela Faculdade de Educação da UNICAMP (FE-UNICAMP). Professor do Centro Universitário Assunção e da Universidade São Judas Tadeu (USJT). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia da Educação (PAIDEIA FE-UNICAMP), do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação Escolar (PPGE-UNISO) e, também, do Centro Brasileiro de Estudos durkheimianos (IFCH-UFRGS).

Abstract: This article seeks to explain the current stereotype about women in history, in this case, especially during the Brazilian military dictatorship, which violently repressed women, especially those who opposed the dictatorial regime. During the period of the military dictatorship in Brazil (1964-1985), women played a crucial role in resisting the oppressive regime, fighting for their rights, justice and equality. For this reason, many went through strong repression, torture and even murder, but continued to fight for their ideals. We will also explain about the revolutionary women of the period, who refused to just obey orders, but who fought for their rights, even in difficult times, such as: Zuzu Angel, Rose Nobrega, Thaís Azevedo, Criméia, among others. Furthermore, this work points to the construction of a collective memory about women's experiences during the dictatorship, highlighting the need for recognition and appreciation of their contributions in the fight against oppression and for democracy in Brazil, overcoming a stereotypical idea that was built around women.

Keywords: Resistance. Brazilian military dictatorship. Female resistance. Memory. Revolutionary women.

Introdução

A resistência das mulheres durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985) é um tema frequentemente negligenciado na narrativa histórica do país, embora tenha sido uma parte vital da luta pela liberdade e democracia. Entretanto, as mulheres formaram parte essencial no que diz respeito a luta por direitos e justiça durante a ditadura. Nesse sentido, as mulheres se colocaram como protagonistas dessa resistência, desafiando não só o regime autoritário como também os profundos estereótipos enraizados na sociedade.

Por exercer seus direitos de lutar, muitas mulheres foram presas, torturadas, perseguidas ou assassinadas. Carolina Rewaptu, que teve toda sua aldeia dizimada por militares, Thaís Azevedo, que teve coragem de lutar por seu direito de ser uma mulher transexual em período de forte repressão, Helenira Rezende, militante da guerrilha do Araguaia, Zuzu Angel, que lutou em meio ao ambiente elitista da moda, Dulce Pandolfi, historiadora e professora que foi presa por resistir, Ana Bursztyn, militante do movimento estudantil, Rose, Nogueira, militante que cuidava e abrigava guerrilheiros, e Criméia Schmidt, militante do movimento estudantil e guerrilheira no Araguaia. São nomes como estes que explanaremos profundamente no artigo, por serem exemplos das horríveis torturas praticadas nas mulheres presas, mas também como exemplo de luta e persistência durante a ditadura militar brasileira.

A questão aqui é porque essas mulheres geralmente são mencionadas apenas como companheiras de militantes, e não como militantes em si. Indagaremos ao longo do texto o porquê essas narrativas foram apagadas, e por isso se faz tão importante a construção de uma memória coletiva que não estereotipe as mulheres, mas que as agregue na história como seres atuantes e com

vontades próprias. Assim, servirá essas histórias como força motriz aquelas gerações de mulheres que estão se politizando, e devem aprender que podem usar sua voz para lutar por seus direitos e quereres.

Ao reexaminar o papel das mulheres durante a ditadura militar, este trabalho busca contribuir para uma compreensão mais profunda de sua luta e de seu legado, contribuindo para o maior debate acerca dos direitos femininos ao longo da história.

1 A questão da memória

Em nosso mundo contemporâneo, nas últimas décadas, inúmeras sociedades viveram transições políticas importantes: passaram de regimes ditatoriais e arbitrários para regimes democráticos. Em todos esses casos uma questão se colocou para a sociedade e para o Estado, logo após (e, muitas vezes durante) o processo de consolidação democrática: o que fazer com a herança autoritária? Como olhar para esse passado, enquadrá-los aos novos tempos, tratar as feridas, suprimir o legado de violência? O Estado deve escolher: apurar crimes e responsabilidades? Pune culpados? Anistia crimes políticos? Repara moral e materialmente os danos causados? Reintegra antigos excluídos? Desmantela o aparato repressivo? Revela e divulga os fatos? Todas essas questões dizem respeito a processos jurídicos e políticos que acompanham um processo de transição democrática. Esses procedimentos revelam como o Estado e a sociedade lidam com seu passado autoritário e compõem o que se convencionou chamar de “justiça de transição” (Araújo, 2012, p. 54).

Em 2024 completa-se 60 anos do golpe militar brasileiro, que desmantelou a jovem democracia brasileira, instaurando um regime de exceção. O período ditatorial brasileiro durou 21 anos, período no qual o Estado construiu e disseminou a imagem de um “inimigo comum da nação” que necessitava ser combatido, culminando na destruição de sindicatos, organizações sociais, além de perseguir opositores políticos, considerados subversivos.⁶ Entretanto, a questão central que se coloca é o tipo de memória que a sociedade brasileira possui quando nos remetemos ao período ditatorial ou, ainda, como essa memória foi construída após 1985.

Segundo o sociólogo Michael Pollak (Memória, esquecimento e silêncio), memória é dialética entre lembrança e esquecimento. Ou seja, na construção de uma memória, especialmente no que se concerne à construção de uma memória coletiva, os grupos sociais ao escolherem o que deve ser lembrado, escolhem também o que deve ser esquecido. Na esteira de Pollak, o historiador

⁶ Sobre as perseguições, não são diminutas as fontes e documentos que demonstram as prisões arbitrárias, torturas e assassinatos durante esse período.

Jacques Le Goff (1998) defende que há lugares que não produzem a memória coletiva, mas que a determina. O historiador francês denominou sua ideia de “lugares por trás dos lugares”, ou seja, lugares que além de produzirem o que deve ser lembrado e como deve ser lembrado, produzem projetos de esquecimento.

O caso brasileiro enquadra-se na análise defendida por Le Goff, sobretudo quando é analisado o processo de dupla memória ou de dualidade na mesma memória atinente a esse período. Esse processo ocorre, essencialmente, devido à criação de uma narrativa oficial, que tendeu a equiparar os crimes empreendidos pelo Estado à resistência política dos opositores. Ademais, a ocultação de documentos só acessados em 2011, por meio da Comissão da Verdade, possibilitou o desvelamento dos crimes da ditadura contra a sociedade civil, e a tentativa institucional de ocultar historicamente, lançando ao esquecimento, as memórias daqueles que resistiram contra um governo autoritário. Para além disso, evidencia-se a tentativa de construção de uma memória oficial, apoiando-se na minimização do terrorismo de estado propagado pela ditadura-civil militar brasileira.

É evidente que tal narrativa oficial, culmina-se na memória institucionalizada sobre o período. O movimento pela anistia, iniciado em 1979, marcou o momento de retomada das manifestações políticas públicas no país, sendo essencial no contexto de transição democrática, carregando a palavra de ordem “Anistia, ampla, geral e irrestrita” e assumindo papel importante no que se refere a chamada “justiça de transição”, reintegrando os antigos presos e perseguidos políticos na sociedade. Porém, em sua primeira formulação, a Lei de Anistia, não focava nas questões dos mortos e desaparecidos durante o governo militar. Nos anos seguintes, a lei ganhou novas ampliações e no governo de Fernando Henrique Cardoso o processo de anistia equiparou-se a um processo de reparação, ou seja, o cidadão não seria mais apenas anistiado de seus crimes políticos, mas também passava a ser reparado pelos danos que lhe foram causados.

Esse tipo de processo político de transição implica em algumas questões centrais, questões que são específicas do caso brasileiro: a reparação aconteceu em detrimento da apuração de responsabilidade e da punição dos crimes cometidos pelo Estado como, por exemplo, a utilização de tortura pelos agentes do governo militar, crime de caráter internacional, não sendo permitida nem mesmo em casos de guerra. Tal fato evidencia-se no ano de 2010, quando o Supremo Tribunal Federal concedeu o perdão aos policiais e militares acusados de tortura durante a ditadura civil-militar, aplicando a lei de anistia não só aos perseguidos políticos, mas também aos representantes do Estado ditatorial e aos torturadores.

O processo de anistia e reparação foi utilizado a fim de demonstrar a forma pela qual o Estado lidaria com seu passado autoritário, apenas reintegrando os antigos excluídos, mas não

punindo crimes, expondo verdades que foram falseadas pelo antigo regime ou valendo-se da testemunha daqueles que sofreram nas mãos do aparato repressivo do governo militar. Essa maneira de lidar com o passado, ocasionando em uma transição democrática controlada, impulsionou às disputas pela memória.

Se a busca da verdade pode nos levar a conhecer os sítios onde funcionaram centros de tortura, somente a memória pode nos permitir acessar, em alguma medida, as experiências subjetivas daquele episódio (Abrão; Torelly; Cruz, 2012, p. 8).

Após 60 anos, o país ainda não puniu devidamente aqueles que participaram e colaboraram com a censura e a tortura, criando um ambiente fértil para a apologia a golpes e regime autoritários. Comentários como: “Foi a época em que o Brasil mais cresceu economicamente” se tornam cada vez mais comum entre os defensores do regime, negligenciando os crimes cometidos. Há, ainda hoje, presos desaparecidos, pessoas cujas família e não puderam ou sequer tiveram acesso a “causa mortis” de seus entes desaparecidos.

A burguesia brasileira e o imperialismo não desejam de modo algum que os crimes realizados pela ditadura sejam julgados e condenados. Foram partes integrantes e sustentaram a ditadura, acobertaram seus crimes (Tribunal Tiradentes III, 2014).

Muitas histórias sobre o período ditatorial foram contadas, mas quantas ainda faltam contar? Nesse sentido, o objetivo central da pesquisa é, em alguma medida, preservar a memória daqueles que foram excluídos da narrativa oficial, permitindo a construção de um novo olhar sobre o autoritarismo. Além disso, a utilização da memória como documento histórico na pesquisa, especificamente a memória de mulheres, nos permite ampliar o entendimento de um período histórico, a partir do significado das vivências e das experiências dessas mulheres, gerando versões do passado, que podem ser colocadas novamente em disputa.

2 Contexto Histórico

Há 60 anos, as forças armadas, não sem o apoio de parcela da burguesia nacional e sob a tutela do governo estadunidense, articularam e executaram um golpe de Estado. Com o pretexto de uma suposta ameaça comunista, criou-se um ambiente de instabilidade e medo, assim, os Estados Unidos preservariam os seus interesses geopolíticos e econômicos na América Latina, e a burguesia e os militares continuariam com os seus interesses atendidos e priorizados numa política desigual.

Nesse contexto, instaura-se uma grande repressão contra o proletariado, mulheres, negros, homossexuais, indígenas, comunistas e qualquer voz dissidente. As pessoas passaram a ser

marginalizadas, perseguidas, presas e torturadas, as censuras se tornaram cada vez pior, tudo em nome de um bem econômico branco e elitizado.

Ainda no cenário internacional, o movimento pelos direitos das mulheres se ampliava com o chamado “feminismo da segunda onda”, movimento no qual as mulheres começavam a reivindicar seu direito de adentrar o espaço público, desvinculando-se da imposição de pertencerem apenas ao espaço privado. O movimento trouxe avanços e benefícios, especialmente para as mulheres da classe média, como a criação da pílula anticoncepcional, que revolucionou a sexualidade feminina. Tais ideais emergiram na década em que o Brasil vivia sob repressão do regime militar.

Enquanto a problematização dos papéis de gênero ganhavam projeção nos Estados Unidos e na Europa, no Brasil eles estavam sendo reprimidos pelos militares. A diferença entre o que é ser feminino e masculino era bem definida na estrutura social, assim como a função e a característica desses gêneros. Dessa forma, as mulheres opositoras ao regime militar sofreram com a repressão sistemática que esbarrava no seu gênero, pois a maneira estereotipada de encarar o “ser mulher” influenciou fortemente a forma pela qual o Estado lidou com aquelas mulheres que não se enquadravam no padrão normativo da sociedade brasileira da década de 1960 e 1970.

A questão do gênero não se limitou ao Estado e seus representantes, mas também estava presente nas próprias organizações de esquerda, que consideravam as reivindicações femininas como algo de “pequeno-burguês”. Na tentativa de superar as condições desiguais propagadas pelo sistema capitalista e impulsionada pela ditadura civil-militar, os movimentos de esquerda encaravam a luta em sua horizontalidade, ou seja, o antagonismo entre burguesia e proletariado, ignorando as problemáticas que circundam o capitalismo e que, na maioria das vezes, são intrínsecos a ele, como a própria questão do gênero.

3 Memórias femininas: gênero, resistência e repressão

Ao buscar compreender o papel histórico das mulheres na luta contra a ditadura civil-militar, abre-se portas para que os fatos sejam analisados a partir da perspectiva analítica de gênero. “Gênero”, pois o termo designa que o feminino e o masculino não são condições naturais do ser humano, mas construções histórico-sociais. Dessa forma, o “ser mulher” não é dado de forma biológica, mas de forma social, que possui uma justificativa histórica na tentativa de diferenciação de sexos.

É possível observar certa distinção de tratamento entre os homens presos e torturados e as mulheres presas e torturadas, sobretudo as negras, indígenas e homossexuais. Ao serem presas e

perseguidas, a violência contra a mulher atingia o nível sexual, nas prisões elas eram objetos para os seus torturadores, quando não eram prostituídas ou vendidas, incluindo as crianças. Em outras situações atingiam a sua maternidade, levavam os seus filhos para visitá-las na prisão, cortavam o seu leite materno ilegalmente, mentiam a sua capacidade de gravidez, entre outros tantos métodos de crueldade. Tais referências a questão de gênero são identificadas nos próprios relatos de memória das antigas presas políticas, que enfrentaram repressões específicas pelo fato de serem mulheres.

A dicotomia entre masculino e feminino era fortemente presente na estrutura social da época e frequentemente reforçada pelo governo militar. Às mulheres eram destinados substantivos como fragilidade, sensibilidade, emoção e natureza, enquanto os homens eram caracterizados por sua força, intelectualidade, racionalidade, virilidade e senso de justiça. A educação concedida para uma mulher na década de 1960 e 1970 era unicamente para ensiná-la a ser uma boa esposa e mãe, ou seja, limitando-a ao matrimônio e ao espaço privado.

Todavia, as mulheres que resistiram à ditadura civil-militar, organizadas nos movimentos de esquerda e na luta armada, ousaram adentrar o espaço público, o espaço por excelência masculino, rompendo com as condições que foram impostas baseadas em seu gênero. Com isso, aos olhos da repressão, a mulher militante cometia dois supostos: o de opor-se contra a ordem vigente estabelecida após o golpe civil-militar e o de opor-se contra os padrões do que é “ser mulher”.

Perante o governo militar, a militante política era um ser desviante, ou seja, pois não se enquadrava ao sistema referencial de uma “verdadeira” mulher. Destarte, a mulher militante não era associada a figura da mãe, esposa ou filha. A mulher militante ocupava um outro espaço, o espaço oposto, da prostituta.

A ambiguidade da figura da prostituta assume, aqui, seu paroxismo: por um lado, a mulher é desprezada, considerada não como um par, mas como um ser destituído de toda dignidade. Por outro, é capaz de proporcionar prazer físico (sexual) e psicológico (dupla dominação) num contato extremamente íntimo (Joffily, 2010, p. 234).

Os militares, ao prendê-las, as desmobilizaram de suas capacidades políticas, e explicavam que só estavam ali porque foram vítimas de homens que as levavam ao movimento político:

Os militares, eles se surpreendiam muito com a presença da mulher no movimento, e eles, de alguma maneira, tentavam explicar essa visibilidade das mulheres, dizendo o seguinte: “você estão aqui porque quiseram acompanhar o marido de vocês, porque o namorado de vocês era [...] tentando colocar a gente no eterno lugar de vítimas. [...] Não, a gente está aqui porque a gente decidiu que isso era importante, porque a gente quis, porque a gente acredita na luta (Schilling, 2015).

Adentrar o espaço público, político, que é considerado um espaço masculino, era uma transgressão que as mulheres militantes cometiam, transgressão não compreendida e inaceitável para os militares. Tal incompreensão também é evidente no depoimento de Ana Maria Gomes, que foi detida em julho de 1968 e levada ao DOPS/SP, onde foi aconselhada pelo delegado que a interrogou:

Ele [delegado] disse: “você são moças, jovens, que provavelmente pretendem casar, construir uma família, e fica muito mal, moças como você estarem frequentando sindicato, estarem metidas nesse tipo de coisa, então você vão para casa, tenham juízo e nunca mais se metam nessa” [...] é interessante ver como ele também nos ameaçava com o perigo de não casar, com o perigo de não cumprir com aquilo que toda mulher sonha (Dias, Filho Cavalcanti, Kehl, *et. al.*, 2014, p. 124).

A partir disso, os militares consideravam as militantes políticas como “incomuns”, já que não se enquadravam em nenhum padrão de gênero entendido como normativo. Nesse sentido, estabelece-se um imaginário entre os torturadores a fim de rotular as presas políticas, caracterizando-as como putas, frias, insensíveis e desnaturadas, enquanto, ao mesmo tempo, a caracterização assume o papel de diferenciar essas mulheres “desviantes” daquelas “não-desviantes”, que eram idealizadas como doces, sensíveis e reservadas, destinadas ao casamento e procriação. Em outros termos, pelo fato de serem consideradas desviantes, e as mulheres que resistiram contra a ditadura civil-militar eram encaradas como prostitutas merecedoras de tais violências, incluindo a violência sexual.

A tortura foi utilizada como política de Estado. Os militares encaravam a tortura como um mecanismo de arrancar informações de forma rápida e concisa, mas também como um método para causar terror, aplicando técnicas para provocar dor, sofrimento e desespero moral. A tortura aos presos políticos ganhou, então, um caráter de aniquilação. Os torturadores tinham como objetivo aniquilar seus opositores, física, moralmente e psicologicamente.

No Brasil, a tortura foi incorporada como integrante da Doutrina de Segurança Nacional⁷, seguindo um padrão sistemático, na qual era possível ensinar e aprender como torturar através de uma metodologia própria, metodologia que utilizou muitos corpos, em especial os corpos femininos, como cobaias, como aconteceu com a presa política Dulce Pandolfi.

Pelo fato de serem mulheres, os torturadores acreditavam que elas não suportariam as sessões de tortura e que entregariam facilmente seus companheiros de luta e os planejamentos das organizações que faziam parte. Entretanto, as mulheres militantes demonstraram o oposto, demonstraram a resistência durante as sessões de tortura e, quando isso ocorria, os militares

⁷ A Doutrina de Segurança Nacional foi uma política organizada para identificar e eliminar os cidadãos que questionavam o regime militar. Tal política foi estabelecida em 1968, com o decreto-lei nº 314/68 e perdurou até 1980.

concluía que elas estavam assumindo um papel masculino, ocasionando uma inversão nos papéis de gênero cometida pelos próprios militares:

“– Você é gelada, insensível, que espécie de mulher é você? (...) – Entendi por que você é fria, você é chefe e não quer aparentar fraqueza diante de suas comandadas. Mas eu sei que, por dentro, você é mulher, sensível, frágil. Li suas poesias e cartas ao seu marido, vi que você é bem feminina” (Joffily, 2010, p. 231) [Sic].

Além de lutarem contra a política golpista dos militares e resistirem à repressão, as mulheres ainda sofriam com os tipos de torturas que atravessavam os estereótipos de gênero. Essa violência se expressava em seu nível máximo por meio das torturas de cunho sexual e torturas psicológicas, que ocorriam através de humilhações verbais e sessões nas quais os torturadores envolviam entes do círculo familiar, como os pais e os filhos, a fim de encurralar as vítimas em uma situação extremamente sensível.

É necessário lembrar que a maioria dos torturadores eram homens e salientar que, perante os olhos dos militares, a mulher militante não se enquadrava na lógica padrão de gênero, sendo imposto para elas a caracterização de ‘puta’. Com isso, era viável acrescentar as sessões de tortura a violência sexual.

No que se refere à tortura psicológica, os torturadores compreendiam que as presas políticas não possuíam o direito de exercer o papel de mãe, já que eram consideradas como irresponsáveis e desnaturadas ao escolherem a viver a militância e não viver para cuidar de seus filhos. Entretanto, ao mesmo tempo que retiravam seu direito a maternidade, utilizavam dessa mesma condição para torturá-las psicologicamente. Muitos filhos foram levados para verem suas mães sendo torturadas ou ainda foram ameaçados pelos torturadores, que descreviam para as mulheres o que fariam com seus filhos caso essas não soltassem nenhuma informação que os beneficiaria.

A tortura psicológica envolve instâncias que podem ser piores do que a própria tortura física, que é o sentimento de culpa. Os militares manuseavam esse tipo de tortura de maneira tão cruel que invertiam os papéis de quem deveria sentir a culpa, ou seja, eles faziam as mães se responsabilizar pela dor que seu filho sentiria caso elas optassem por não compartilhar informações. Esse caso trágico aconteceu com Gilse Cosenza, presa política que relatou que quase não sofreu tortura física, mas que passava horas sofrendo de tortura psicológica, pois os militares descreviam para ela, em detalhes, o que fariam quando capturassem sua filha de apenas quatro meses.

É ingênuo acreditar que a hierarquia de poder entre os gêneros se limitava as ações do regime militar, afinal, as organizações de esquerda admitiam a incorporação de mulheres na luta armada, mas era dificultoso encará-las como iguais. É evidente nos relatos de ex-militantes e nos

próprios textos das organizações da época que a luta armada era considerada uma atividade masculina e que dependia, essencialmente, de atributos de gênero masculinos para se fortalecerem e derrubarem o regime militar, como a força, a coragem e a virilidade.

Nesse contexto, somado ao entendimento das organizações de esquerda que as ideias feministas que estavam emergindo era “coisa de pequeno-burguês”, as mulheres eram destinadas a atividades secundárias e passivas, já que a direção organizativa, formulação teórica e a elaboração de um programa político eram exercidas pelos homens da organização.

Todavia, as mulheres não aceitaram assumir um papel secundário na luta organizada contra a ditadura, opondo-se não apenas a política repressiva do governo militar, mas transgredindo uma lógica estrutural que tende a valorizar certos corpos em detrimento de outros. É no intuito de recordar e resistir aos apagamentos históricos de certas memórias que vamos discutir o período ditatorial a partir de histórias de mulheres resistentes a ele, mulheres que lutaram pelo que acreditam:

“As mulheres que fizeram guerrilha nas décadas de 1960 e 1970 na América do Sul, no entanto, como demonstram suas memórias, nem sempre se contentaram com o papel da companheira, fiel seguidora, elemento de ligação, provedora e enfermeira dos homens” (Wolff, 2007, p. 33).

Carolina Rewaptu

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade⁸, durante o período ditatorial, mais de oito mil indígenas foram assassinados, número que pode ser ainda maior, pois foram analisados casos de apenas 10 etnias. Isso porque com o apoio da SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e posteriormente a FUNAI, (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) que foi criada para “aprimorar” a SPI), junto aos órgãos do Governo Brasileiro, diversos territórios indígenas foram concedidos a empresas, sobretudo estrangeiras, para a exploração e devastação da terra, como foi feito no Projeto Jari.

Gente que vem de fora saquear, de maneira imediatista, as riquezas da Amazônia, destruindo-as definitivamente para proveito próprio, fora da região. Enquanto a população local terá apenas a devastação, a marginalização, a fome, a miséria e os desequilíbrios hídricos e climáticos (Lutzenberger, 1979).

Para atingir o objetivo de explorar e tomar posse das terras indígenas, os povos nativos foram alvos de roupas e comidas contaminadas, perseguições físicas e judiciais, tortura, exílio entre

⁸ Comissão inserida pela lei 12528/2011 para investigar os graves atentados contra os direitos humanos durante a Ditadura Militar, que esteve por muito tempo apagadas ou silenciadas.

aldeias, proibição de falar na língua nativa, trabalhos análogos a escravidão, venda de crianças e prostituição de mulheres. O que era para os homens brancos, o chamado “milagre econômico”, para os povos nativos foi uma grande devastação.

Como exemplo de luta e resistência indígena, temos a atual Cacica Carolina Rewaptu, que tinha apenas seis anos quando a Força Aérea Brasileira pousou entre os Xavante Marãiwatsédé para levá-los a outra terra, já que ali os brancos ocupariam, e quem ficasse seria massacrado. Os que embarcaram com a FAB foram levados até São Marcos, onde foram totalmente desintegrados pelos missionários, e posteriormente, devastados por uma epidemia de sarampo.

Essa perseguição, portanto, já se dava entre meados de 1960, quando o povo passou a ser envenenado, assassinado e ter suas terras invadidas por brancos. Por consequência disso, o povo Xavante passou a se concentrar perto da Fazenda Suiá-Missu, pertencente à família Ometto, onde foram explorados em trabalhos análogos à escravidão, recebendo apenas comidas ou roupas. Até 1966, quando os aviões da FAB chegaram, o povo xavante foi forçado ao exílio outras duas vezes.

Foram cinco voos até São Marcos, levando todos os A’uwê Marãiwatsédé. Com o último embarque acabou tudo, acabou a autonomia dos A’uwê Marãiwatsédé. Aqui é o fim, é o fim das vivências, das práticas rituais, dos grupos de jovens, das pinturas, das expedições de caça, da vivência na mata densa (Cosme Rite, 2019, p. 52).

Após as epidemias em São Marcos, o povo de Marãiwatsédé passou, ainda, por Areões e Pimentel Barbosa, onde ficaram por 20 anos, até iniciar-se o processo de demarcação de sua terra, que terminou apenas em 1998, com a demarcação de somente 165.241 hectares dos 200.000 hectares, pois o restante ficou com os seus invasores, com o aval da FUNAI. Além da devastação de 70% de seu território total, consequência da entrada de posseiros, sendo a Marãiwatsédé uma das terras indígenas mais desmatadas.

Hoje, Carolina Rewaptu é Cacica de sua aldeia, função essa que é dada somente para homens entre a tradição xavante. Além de atuar como líder do grupo “Mulheres Coletoras de Sementes” e pedagoga para crianças e jovens da aldeia. A luta de Carolina foi essencial para a resistência dos Xavante Marãiwatsédé em retomar as suas terras e recuperar as memórias de seu povo com as investigações de mortes causadas pela exploração no período ditatorial.

Atualmente, as terras dos Xavante continuam sendo alvos de posseiros, fazendeiros e outros invasores. Assim como diversos povos originários, a perseguição aos indígenas continua sendo feita, por isso é necessária a reterritorialização das Terras Indígenas, para que as aldeias possam ocupar tradicionalmente, e que a luta pela ocupação indígena continue sendo feita, para que as invasões, assassinatos e explorações contra os indígenas cessem.

Thaís Azevedo

Durante a Ditadura Militar, era Política de Estado cassar e torturar homossexuais, assim, desenvolveu-se diversas rondas noturnas para prender a comunidade LGBTQIAP+ sobre a acusação de ‘vadiagem’. As rondas e notícias como: “limpar a cidade dos assaltantes, prostitutas, traficantes, homossexuais e desocupados” se tornavam cada vez mais comuns entre as matérias de jornais, que buscavam convencer toda a população de que os homossexuais não eram pessoas como eles, e deveriam ser varridos das cidades.

Na ditadura, as transexuais saíam à noite e eram caçadas como bichos. Isso aconteceu comigo várias vezes. Quando a polícia baixava, vinha com cachorros [...] Fui presa mais de uma vez, mas não ficava porque tinha carteira assinada. Eu perdi muitas amigas, que simplesmente sumiam, eram assassinadas (Azevedo, 2016).

Nascida em 1949, foi nesse contexto que Thaís Azevedo cresceu. Já aos seus 13 anos, se mudou para o Rio de Janeiro e foi morar com a sua tia, onde teve seu primeiro contato com expressões violentas sobre si, vendo-se obrigada por ela a sair de casa. Aos 16 anos foi morar com um advogado e passou a fazer uso dos hormônios, mas ele não a deixava sair muito, então vai para São Paulo a convite de um estilista, e ali passa a conhecer a vida da prostituição.

Não tinha uma vida social por não ser uma mulher cis, mas eu estava lá na vida social, trabalhando, como uma pessoa clandestina no universo cis. Interiormente eu estava sendo violentada, porque eu não era real, eu não era verdadeira nunca, então eu não podia exteriorizar os meus sentimentos, as minhas reais dores (Azevedo, 2020).

Dentro do plano de varredura homossexual na cidade, as travestis eram sempre o maior alvo, e Thaís conta como era não ter espaço na sociedade, eles só tinham a eles próprios: "Eu me prostituía, para estar no meio das minhas amigas, para fazer uma sociabilização" (Azevedo, 2020). Muitas vezes, a prostituição é a única opção possível de renda, amizades e de acolhida, como podemos observar nas diversas Casas de Prostituição que viraram abrigo, principalmente em tempos de Soro Positivo.

Por consequência dessa realidade, diversas transexuais viajaram por um período até a Europa, onde a Prostituição recebia um tratamento completamente diferente do Brasil. O que também aconteceu com a Thaís, que em 1977 foi convencida por sua amiga a viajar até Paris, onde passou por 20 anos entre idas e vindas até iniciar-se a questão do HIV e Thaís ir realizar um curso de auxiliar de enfermagem na Alemanha.

A partir daí, Thaís passa a se dedicar a cuidar das pessoas com HIV na Casa de Apoio Brenda Lee, onde foi contratada como recepcionista: “Ter uma pessoa como eu aqui na frente é

muito importante porque posso alimentá-los com minha história, com uma conversa, com um riso, porque o amor alimenta” (Azevedo, 2019).

Hoje, Thaís Azevedo é orientadora e educadora no Centro de Referência e Defesa da Diversidade, além de ser um exemplo de história de resistência e superação dentro a comunidade LGBTQIAP+, Thaís desabafa em entrevistas: “É muito bonito ter vivido isso e sobrevivido!”, mas também aponta que é preciso continuar batalhando, conquistando seus direitos, e por isso segue resistindo, optando por não mudar o seu nome em documentos a fim de questionar as questões de gênero.

Eu digo para mim o que sou, e de repente, mudar o meu nome e colocar lá no meu documento: Thaís de Azevedo, eu estou me adequando a única possibilidade, que é o gênero feminino e masculino. Tudo bem masculino e feminino, mas homem e mulher é uma construção social (Azevedo, 2020).

Apesar de ter uma história inspiradora, Thaís contraria as estatísticas transexuais no Brasil, precisamos nos lembrar que o Brasil é o país com maior taxa de mortalidade transexual, e que muitas vezes os travestis não passam dos 30 anos. É imprescindível que os trans sejam vistos como cidadãos, e não como seres estranhos, nada definidos.

Para além disso, devemos lutar por um julgamento e condenação justa daqueles que torturaram no período ditatorial. É necessário criar uma memória contra as atrocidades que aconteceram durante esse período, para que se extinga esse mito de uma Revolução que buscava parar o comunismo que, na verdade, nunca ficou comprovada. O que se passou foi um golpe, que deixa marcas até hoje ao reforçar uma marginalização e julgamento social.

Helenira Rezende

Helenira Rezende de Souza Nazareth, conhecida como Helenira Resende, foi uma figura emblemática da resistência contra a ditadura militar no Brasil, especialmente durante os anos de 1964 a 1985. Nascida em 1944, em Cerqueira César, São Paulo, ela se destacou desde jovem por sua liderança e engajamento político.

Helenira iniciou sua militância política ainda na universidade. Estudante de Filosofia na Universidade de São Paulo (USP), ela se envolveu profundamente com o movimento estudantil, tornando-se vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Durante esse período, Helenira participou de várias manifestações contra o regime militar, que havia tomado o poder em 1964. Seu carisma e liderança fizeram dela uma figura central na luta estudantil por democracia e justiça social.

Com a crescente repressão do regime militar, Helenira se juntou ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e decidiu participar da luta armada como uma forma de resistência. Ela integrou a Guerrilha do Araguaia, um movimento organizado pelo PCdoB na região amazônica, com o objetivo de instaurar um regime socialista no Brasil através da revolução popular. A Guerrilha do Araguaia foi uma das mais importantes tentativas de resistência armada contra a ditadura.

Helenira Resende destacou-se na guerrilha não apenas por sua coragem e determinação, mas também por suas habilidades de organização e liderança. Ela atuou como comandante de destacamento, liderando combatentes em uma luta desigual contra as forças militares brasileiras, que estavam bem equipadas e treinadas.

Em 1972, Helenira foi capturada pelas forças militares durante um confronto. Segundo relatos, mesmo gravemente ferida, ela resistiu bravamente à prisão e à tortura, recusando-se a entregar informações sobre seus companheiros de luta. Sua resistência até o fim a transformou em um símbolo da luta contra a opressão e a ditadura.

A importância de Helenira Resende na história da ditadura militar no Brasil vai além de sua participação na guerrilha. Ela representa a coragem e a determinação de uma geração que se recusou a aceitar a repressão e lutou por um país mais justo e democrático. Sua memória é honrada como um exemplo de resistência e luta por liberdade. Até hoje, Helenira é lembrada em homenagens e sua história continua a inspirar aqueles que lutam por direitos humanos e justiça social no Brasil.

Zuzu Angel

Zuleika Angel Jones, mais conhecida como Zuzu Angel, foi uma estilista e ativista brasileira que se tornou um ícone da resistência contra a ditadura militar no Brasil, especialmente por sua luta incansável para expor os crimes do regime após a morte de seu filho, Stuart Angel Jones. Nascida em 1921, em Curvelo, Minas Gerais, Zuzu foi uma figura marcante tanto no mundo da moda quanto na defesa dos direitos humanos.

Zuzu Angel começou sua carreira de estilista no início dos anos 1950, em Salvador, Bahia. Seu trabalho ganhou rapidamente reconhecimento, e ela se tornou uma das principais figuras da moda brasileira, conhecida por suas criações que incorporavam elementos da cultura brasileira, como rendas, bordados e estampas tropicais. Zuzu Angel conseguiu sucesso internacional, com desfiles em cidades como Nova York e Los Angeles, e suas peças eram admiradas por celebridades e personalidades da época.

A vida de Zuzu Angel tomou um rumo dramático quando seu filho, Stuart Angel Jones, um militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), foi preso, torturado e morto

pelo regime militar em 1971. O corpo de Stuart nunca foi oficialmente encontrado, e as circunstâncias de sua morte foram encobertas pelas autoridades. Devastada, Zuzu iniciou uma campanha incansável para descobrir a verdade sobre o desaparecimento de seu filho e denunciar os abusos cometidos pelo regime militar.

Zuzu Angel usou sua influência e visibilidade como estilista para chamar a atenção internacional para os crimes da ditadura brasileira. Ela enviou cartas a políticos, jornalistas e personalidades influentes, incluindo o então secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger. Em seus desfiles, Zuzu incorporava elementos de protesto, como vestidos com estampas de anjos e cenas de tortura, e utilizava sua arte como uma forma de resistência.

Em 1971, Zuzu realizou um desfile em Nova York que ficou marcado pela ousadia de suas criações e pela mensagem política que carregavam. A estilista transformou a passarela em um palco de protesto contra a ditadura, atraindo a atenção da mídia internacional para a situação dos direitos humanos no Brasil.

Em 1976, Zuzu Angel morreu em um acidente de carro no Rio de Janeiro, em circunstâncias suspeitas, que muitos acreditam ter sido orquestradas pelo regime militar devido à sua persistente luta contra a ditadura. Sua morte chocou o país e reforçou ainda mais seu status como uma mártir da resistência.

A importância de Zuzu Angel vai além de sua carreira na moda. Sua coragem e determinação em buscar justiça para seu filho e denunciar os abusos da ditadura militar deixaram um legado poderoso de luta pelos direitos humanos. Sua história foi imortalizada em filmes, livros e homenagens que celebram sua vida e sua contribuição para a democracia no Brasil.

Dulce Pandolfi

Dulce Pandolfi é doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Sua trajetória a posiciona como uma figura emblemática da resistência durante a ditadura militar brasileira (1964-1985).

Nascida em 1948, no Rio de Janeiro, desde jovem demonstrou interesse pela política e pelos movimentos sociais. Durante a ditadura, foi estudante de História na UFF, onde se envolveu ativamente no movimento estudantil. Seu engajamento político a levou a participar de organizações que lutavam contra o regime militar, incluindo a Aliança Libertadora Nacional (ALN), uma organização revolucionária que realizava ações armadas contra o regime.

Em 1970, aos 21 anos, foi presa pelo Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), um dos principais órgãos de repressão do regime. Durante três meses, foi submetida a diversos tipos de tortura, detalhando em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro em 2013. Relatou ter sofrido socos, pontapés, choques elétricos e afogamentos. Em um dos relatos mais estarrecedores, descreveu um jacaré sendo colocado sobre seu corpo nu. Ela foi pendurada no "pau de arara", técnica de tortura na qual a vítima fica com pés e pulsos amarrados a uma barra de ferro, que é então suspensa, recebendo choques elétricos enquanto era molhada com água gelada, o que intensificava as descargas elétricas devido ao contato da água com o metal.

Além dessas torturas, Pandolfi descreve como foi usada como cobaia em uma aula de tortura. Diante de uma plateia de torturadores, seu corpo foi utilizado para demonstrações práticas, recebendo choques elétricos e outros abusos enquanto os “alunos” observavam e aprendiam. Ela lembra do médico Amilcar Lobo, que, ao medir sua pressão e constatar que ela ainda aguentava mais dor, permitiu que a aula continuasse. A tortura de mulheres durante a ditadura muitas vezes incluía métodos destinados a atingir sua dignidade e identidade de gênero. O abuso sexual era uma arma usada para quebrar a resistência das prisioneiras, tornando a experiência das mulheres ainda mais traumática. Ela e outras mulheres detidas eram privadas de qualquer contato com o mundo exterior, sem banho de sol, visitas familiares ou advogados, vivendo em condições de total isolamento e desespero.

Dulce acusa diretamente os torturadores, civis e militares, incluindo aqueles que alegavam estar apenas cumprindo ordens. Também aponta o dedo para os altos oficiais do Exército Brasileiro e ex-presidentes da República, que, segundo ela, foram coniventes e responsáveis pela política de tortura instituída pelo regime.

Após sua libertação, continuou a se envolver na luta pelos direitos humanos e na pesquisa acadêmica. Tornou-se uma importante historiadora e cientista política, contribuindo para o entendimento do período ditatorial e para a promoção da memória e justiça para as vítimas da ditadura. Sua trajetória destaca o papel fundamental das mulheres na resistência contra os regimes autoritários, muitas vezes subestimado ou negligenciado na historiografia oficial. Além disso, a experiência de Pandolfi e de outras mulheres militantes ilustra a interseção entre a luta política e a luta pela emancipação feminina, revelando a dimensão de gênero na repressão e na resistência. Seu depoimento é um testemunho vital dessa história sombria e um tributo à resistência das mulheres durante esse período.

Ana Bursztyn Miranda

Ana Bursztyn Miranda, conhecida como "Aninha da Farmácia", militou contra o regime ditatorial brasileiro tanto no movimento estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) quanto em outros movimentos sociais. Em meados de 1969, já procurada pela polícia, abandonou a Faculdade de Farmácia para se dedicar exclusivamente à militância política. Viveu na clandestinidade por certo tempo, até ser capturada em São Paulo em 1970, e cumpriu quatro anos de prisão. Em 1974, ganhou liberdade condicional e retornou ao curso de Farmácia, graduando-se em 1976.

A partir de 2004, Ana militou ativamente no Grupo Tortura Nunca Mais RJ por cinco anos. Fundou e integra o Coletivo Memória, Verdade e Justiça e mantém proximidade com o Levante Popular da Juventude, sendo carinhosamente chamada pelos jovens de "vovó do Levante". Participa ativamente de eventos e atividades da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e frequentemente é convidada para palestras em escolas e universidades.

Ana Miranda é aposentada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) depois de 38 anos de trabalho. Reside no Humaitá com o marido, tem dois filhos e uma neta. Seu testemunho é um exemplo marcante da resistência durante a ditadura militar no Brasil, oferecendo uma visão profunda sobre a brutalidade do regime e a luta pela justiça e memória histórica.

Nascida em 1949, Ana foi uma jovem estudante de Farmácia e Bioquímica na UFRJ durante o período mais intenso da repressão militar. Engajada no movimento estudantil, participou ativamente de protestos e greves contra a ditadura, resultando em sua prisão duas vezes em 1968. Suas experiências pessoais são um testemunho cru da violência estatal e da determinação dos ativistas.

Em 1969, foi forçada a entrar na clandestinidade e adotar a resistência armada após o Ato Institucional Número Cinco (AI-5), que intensificou a repressão e a violência. Presa em 1970 e submetida a torturas severas, incluindo choques elétricos e estupros, sua narrativa destaca não apenas o sofrimento físico, mas também o impacto psicológico duradouro da tortura e da prisão.

Permaneceu em prisões e centros de detenção até 1974, quando finalmente obteve liberdade condicional. Apesar do sofrimento, continuou a lutar pela justiça e pela memória das vítimas da ditadura, criticando a persistência da violência estatal e a falta de reconhecimento e reparação pelas atrocidades cometidas durante o regime militar.

Rose Nogueira

Rosemeire Nogueira nasceu em 12 de fevereiro de 1946 em Jacaré, atualmente com 78 anos. Rose é formada em jornalismo e já atuou na Editora Abril, na TV Cultura e na Rede Globo. Durante o período que antecedeu o golpe, Rose trabalhava na revista Intervalo pela Editora Abril, mas saiu e foi para o Shopping News, jornal importante da época, onde aprendeu sobre jornalismo e obteve seu registro de repórter.

Rose adentrou a vida política com apenas 18 anos, frequentando as reuniões do Partido Comunista Brasileiro, mesmo ainda não sendo filiada, ou seja, não militava através do partido. Em suas entrevistas, Rose relata que se lembra perfeitamente do dia em que ocorreu o golpe, evidenciando que foi na noite de primeiro de abril, pois ela estava nas regiões do Vale do Anhangabaú e ouvia pelos rádios o discurso de Carlos Lacerda para o Almirante Aragão, dizendo: “Almirante Aragão, cachorro, venha aqui que eu lhe mato com o meu revólver”.

Posterior ao golpe de 1964, Rose passou a trabalhar na Folha da Tarde, sendo Frei Betto o seu chefe, jornalista que também foi perseguido e torturado pelo aparato repressivo da ditadura civil-militar. Foi trabalhando na Folha que Rose conheceu seu marido Luís Roberto Clauset, que já estava na clandestinidade, atuando pela Aliança Libertadora Nacional (ALN).

Rose incorporou-se a ALN e passou a militar pela organização, porém, nunca atuou como guerrilheira, o apoio que dava a organização era apenas logístico, hospedando militantes em sua casa e disponibilizando o ambiente para que as reuniões da organização acontecessem. Entre os abrigados estava Carlos Marighela, comandante da ALN.

A militante foi presa em quatro de novembro de 1969, no mesmo dia do assassinato de Carlos Marighela. Rose estava com seu marido e seu filho em casa, que tinha apenas 33 dias de vida. Sua casa foi invadida pelo Esquadrão da Morte, organização paramilitar que era liderada pelo delegado Sergio Fleury. Rose foi presa pelo próprio delegado Fleury e estava sendo processada pelo artigo de Lei de Segurança Nacional que a acusava de abrigar terroristas em sua residência.

Após sua prisão, ela foi levada diretamente aos DOPS, onde permaneceu encarcerada por quase dois meses. Em seguida, Rose foi transferida para o Presídio Tiradentes, onde permaneceu por mais nove meses. No Presídio Tiradentes ela dividiu cela com mais de 50 mulheres e eram conhecidas pelos torturadores como “donzelas da torre”, pelo fato de estarem encarceradas todas juntas em uma ala apenas de presas políticas.

A passagem de Rose pelo DOPS foi extremamente penosa, marcada por muitas sessões de tortura, violência psicológica e violência que perpassou pelo seu gênero. A militante foi presa em um cenário de vulnerabilidade, pois ainda estava se recuperando das condições de saúde que lhe foram acometidas após ter dado à luz ao seu filho, Carlos Guilherme Clauset, apenas um mês antes de ser presa:

Quando cheguei, no dia 4 de novembro de 1969, ainda estava amamentando. Cacá tinha 33 dias. Eu tinha passado 20 dias no hospital porque sofri uma ruptura da bexiga durante o parto. Sangrava muito e tinha apenas uma calcinha, sem absorvente. Na cela não tinha chuveiro, só uma pia. Só me deixaram tomar banho um mês depois. Eu fedia a leite azedo (Nogueira, 2014).

Assim como as outras presas políticas, Rose sofreu com a violência sexual em meio as sessões de tortura. Ela relata que pelo fato de ser jovem e ser considerada muito bonita, os torturadores a apelidaram de Miss Brasil e se questionavam como uma mulher que teria acabado de parir conseguia ter um corpo tão bonito. Em meio a esses comentários, os torturadores acrescentavam outros adjetivos para ela, como ‘vaca terrorista’, por ainda estar na fase de amamentação. O cheiro do leite atrapalhava o prazer dos militares, logo, mandaram aplicar em Rose uma injeção que cortou seu leite: “O [policial João Carlos] Tralli me colocava debruçada e enfiava o dedo em mim. E como eu estava fedida por causa do leite ele me beliscava, me batia, por eu atrapalhar o prazer dele” (Nogueira, 2014).

Foi no Presídio Tiradentes que Rose dividiu cela por três meses com Dilma Rousseff, que foi denominada por Rose como uma “jovem estudiosa e inteligente”. Após ter passado nove meses encarcerada, a militante foi solta, mas sua liberdade foi vigiada durante dois anos. Apenas em 1972 foi julgada e absolvida. Na tentativa de retomar sua vida social, Rose foi ao seu antigo emprego e descobriu que tinha sido demitida por abandono de trabalho, correspondente ao período que tinha sido presa. Além disso, relembra, que foi avisada de sua demissão ainda na calçada pelo porteiro do local e que, acrescentou: “Ele me disse que tinham me visto na imprensa, que eu era uma terrorista e que colocava todo mundo ali em perigo” (Nogueira, 2014).

Posteriormente, Rose foi admitida pela TV Cultura, trabalhando ao lado de Vladimir Herzog, torturado e assassinado pela ditadura em 1975. Após um tempo, Rose foi convidada pelo diretor Nilton Travessa a participar da TV Mulher, sendo encarregada de escrever os roteiros. A vida foi estabelecendo-se e desde 2000, Rose faz parte do grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo. Entre 2006 e 2009 presidiu o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe-SP).

Em suas últimas entrevistas, Rose se mostrou animada com a instalação da Comissão Nacional da Verdade, acontecimento que a militante esperou por 40 anos e desejou que fosse preciso e bem-feita. Nesse sentido, através de suas vivências, experiências e memórias, passou a contribuir na investigação dos crimes da ditadura civil-militar através da Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas.

Criméia Alice Schmidt

“Criméia, Alice, Cri: são vários os nomes e codinomes que está incansável lutadora recebe ao longo de sua militância e que produzem uma experiência assustadora de instabilidade pessoal pela ameaça de perda da própria identidade” (Rago, 2010, p. 158). Nascida em 17 de abril de 1946, no litoral de São Paulo, em Santos, Criméia viveu a maior parte de sua infância e adolescência em Minas Gerais. Sua vida sempre foi marcada pela clandestinidade, muito antes de ingressar na luta armada contra a ditadura militar instaurada em 1964.

Em Minas Gerais, estudava e participava do movimento secundarista, enquanto seu pai vivia a vida política de sindicalista, participando de campanhas como ‘O Petróleo é Nosso’⁹ e produzindo inúmeros discursos nos bairros mineiros. Com o golpe de 1964, seu pai foi preso e Criméia foi incluída do Inquérito Policial Militar (IPM), respondendo ao inquérito mesmo ainda sendo de menor de idade. O fato da menoridade fez com que, posteriormente, Criméia fosse excluída do processo.

Neste primeiro momento, Criméia e sua família viram-se obrigados a entrar parcialmente na clandestinidade, parcialmente, pois, nas palavras de Criméia em entrevista concedida para a professora Socorro Abreu, “a gente era a gente mesmo”, mas para fugir do processo, todos saíram de Belo Horizonte e foram para o Rio de Janeiro, momento no qual Criméia não dizia mais o seu nome, e sim um apelido.

São imensas as rupturas no decorrer da vida de Criméia, deslocamentos bruscos e repentinos em que a ativista perde tanto o próprio nome, quanto o contexto de referência pessoal e grupal. A experiência da clandestinidade impede que situações vividas possam ser compartilhadas, mesmo posteriormente e, nesse caso em específico, esse período se estende por um longo tempo, como já observei, desde a juventude, quando os próprios pais necessitaram refugiar-se da perseguição política, com o golpe de 1964, até as décadas seguintes (Rago, 2010, p. 160).

Em 1968, no Rio de Janeiro, Criméia iniciou o curso de Enfermagem na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Escola Ana Nery. Nesse mesmo ano ela já atuava como militante pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e assumiu a presidência do Diretório Acadêmico da escola. Criméia sempre atuou como uma militante prática, dentro e fora do partido. Enquanto presidente do Diretório Acadêmico, resolveu colocar algumas coisas na escola que não tinha antes, como uma cantina. O objetivo de Criméia era viabilizar um espaço para possíveis debates políticos, ou seja, um espaço que as estudantes poderiam ficar até mais tarde, tomando um

⁹ Campanha realizada durante a descoberta de reservas de petróleo na Bahia, com objetivo da nacionalização do petróleo brasileiro.

café, estudando e debatendo. O que antes era um espaço pequeno de cantina, transformou-se, aos poucos, em um espaço político.

Entretanto, em seus relatos, Criméia expressa o quanto ainda era difícil a tentativa de politização, especialmente pelo fato de as estudantes serem vigiadas o tempo inteiro. Foi necessário, então, a instauração de outras atividades para que a militante conseguisse prosseguir com seus objetivos políticos, sobretudo, objetivos políticos que deveriam ser alcançados em segurança. Nesse sentido, Criméia inventou um campeonato de xadrez, momento no qual todas as estudantes discutiam com um tabuleiro de xadrez na frente.

Além do campeonato, iniciou um curso de oratória. O intuito do curso era discutir temas da atualidade, a maioria deles retirados de jornais, pois, perante os olhos da vigilância, as estudantes assumiam posição de neutralidade, discutindo questões presentes nos próprios jornais, ou seja, questões que o próprio aparato da censura deixava ir para as manchetes. O sentido basilar do curso de oratória era fazer com que todas as estudantes falassem em público e desenvolvessem a argumentação, assumindo papel ora favor ora contra algum tema. Seguindo esse esquema, os assuntos poderiam ser discutidos sem colocar nenhuma estudante em perigo, pois era impossível identificar se eram realmente contra ou a favor de algum tema, já que a dinâmica do curso funcionava dessa maneira e todos sabiam disso.

Mantendo a atuação prática, Criméia participou da ‘passeata dos Cem Mil’¹⁰, manifestação promovida pelo movimento estudantil e que reuniu no Rio de Janeiro, em junho de 1968, grande parte da camada popular, artística e estudantil, na luta contra as violências praticadas pelos militares. Posteriormente, em outubro do mesmo ano, Criméia participou do Congresso de Ibiúna, realização clandestina do 30º Congresso da UNE, União Nacional dos Estudantes, que entrou na ilegalidade no primeiro dia do golpe de 1964.

A atuação política de Criméia não cessou com a instauração do Ato Institucional número 5, postulado em 13 de dezembro de 1968, pelo contrário, intensificou sua ação política. Em seus relatos, Criméia conta que sua organização resolveu fazer um ato contra o AI-5, logo, a militante realizou panfletagem dentro da favela da Rocinha, além de explicar para os moradores o que significava a estipulação, para a população brasileira, de um Ato tal qual o AI-5.

Em janeiro de 1969, momento no qual já existia militantes atuando no campo, Criméia foi enviada para a região do Araguaia. Entretanto, a militante, que já possuía um vasto repertório na luta contra a ditadura, não deixou de sofrer com os estereótipos relacionados ao seu gênero, preconceito que sofria por companheiros de dentro da própria organização:

¹⁰ Passeata organizada pelo movimento estudantil, no ano de 1968, no Rio de Janeiro, contra a Ditadura Militar.

Quando veio o AI-5, a minha vida legal tornou-se impraticável e eu totalmente disponível para a luta. Falei para o Partido: “Olha! Este tempo todo eu estou esperando para ir para o campo [...] Não dá para esperar mais. Após esse ultimato, me liberaram para o campo. Aí, eu descobro o seguinte: a proteção encontrava respaldo no fato de eu ser mulher. Como mandar uma mulher para o campo? Como os companheiros iriam reagir? Aceitariam? Havia muitos militantes que eram contra. Na realidade, havia os abertamente contra e os omissos, porque a favor não havia ninguém [...] Quem me levou foi João Amazonas. No caminho ele me disse – e eu fiquei puta da vida – que ia depender do meu desempenho a ida ou não das mulheres para o campo. Porque eu estava sendo a primeira e se não desse certo... Respondi-lhe no ato: “Você também disse isso para os militantes do sexo masculino, que já estão lá? Porque dar ou não certo, depende, única e exclusivamente, de cada indivíduo, independe de seu sexo. Agora, é necessário fazer a revolução, é necessário ir para o campo, está certo? A guerra é popular, todo mundo vai participar desta guerra ou só os homens? Por que você está colocando isso para mim? Não dá. É querer muito de mim!” Mas, no fundo, era essa a responsabilidade. Se você não desse certo, então, mulher não servia para essa atividade! (*Apud* Lima, 2000, p. 212).

A Guerrilha que foi fundada no Araguaia, em especial por militantes do PCdoB, seguia critérios maoístas, critérios que defendiam que a revolução deveria ser iniciada no campo e, posteriormente, deveria cercar as cidades, tal como ocorreu na Revolução Chinesa de Mao-Tsé-Tung:

O PC do B considerava que a guerrilha deveria começar no campo, porque a repressão na cidade era muito difícil de ser vencida e não porque a liderança da luta anti-ditadura e anti-imperialismo seria dos camponeses. Porque o Mao-Tsé-Tung tinha uma visão mais de camponeses, liderança camponesa. [...] O proletariado era muito pequeno, se é que existia. Mas, naquela época, no Brasil, 70% da população vivia no interior e 30% na cidade, era o inverso de hoje, mas o partido não tinha uma concepção de que fosse o camponês que ia dirigir a luta, mas que ela se travaria no campo, daí porque eles defendiam a importância desse partido ser proletário etc. E no campo, por causa disso. No Araguaia, com muito mais razão, porque lá era terra de ninguém, lá nem o Estado estava presente, o máximo por onde ele andava era Belém-Brasília e o Rio (Schmidt, 2009).

Não sendo tema central da pesquisa demonstrar os desafios e problemáticas que carregam a visão diretiva do PCdoB, o fato é que a região do Araguaia foi escolhida por ser uma região completamente – ou quase – isolada. Segundo a própria Criméia, a região era praticamente tomada pela mata, além das casas serem muito distantes uma das outras, ou seja, o objetivo não era travar a luta armada na região do Araguaia, mas sim utilizar o local como um esconderijo seguro, entretanto, é possível que Criméia desconhecesse, naquela ocasião, que já no final dos anos 1960, os agentes do Serviço Nacional de Informação (SNI) acompanhavam cada passo dos/das militantes do PCdoB, entre outras organizações de esquerda consideradas subversivas, e que

sabiam que vários deles haviam partido para capacitação política e militar na China, enviados pelo Partido (Rago, 2010, p. 168).

A militância política de Criméia na região consistia na tentativa da aproximação e conscientização da população rural do Araguaia. A militante falava com os camponeses sobre a falta de serviço de saúde, a baixa qualidade na educação, as condições precárias de moradia e, como todas essas questões, mereciam o direito de reivindicação por parte dos camponeses. Como já evidenciado, a militância de Criméia era baseada na ação, logo, tentou contribuir para uma melhoria nas condições de saúde da população. Criméia trabalhou como enfermeira, parteira e médica, tratou de inúmeras doenças como a lepra e a leishmaniose. Além da tentativa da construção de um pequeno ponto de farmácia.

Criméia conhece seu companheiro, André Grabois, cujo codinome era Zé Carlos, em meio a Guerrilha do Araguaia. A relação amorosa resultou no filho do casal, João Carlos, que nasceu na prisão.

A militante foi presa em 1972 pela Operação Bandeirantes (OBAN), quando retornava para São Paulo. Após a prisão, foi levada diretamente para o DOI-CODI, onde foi torturada, sofrendo violações sexuais e psicológicas, especialmente após o nascimento de seu filho, pois os militares ameaçavam o tempo inteiro de sequestrá-lo e torturá-lo. Criméia relata que todos os interrogatórios eram feitos com ela nua, os militares arrancavam suas roupas e tentavam humilhá-la de todas as formas possíveis. Criméia levava choques nas pontas dos dedos dos pés e das mãos, poupando apenas de espancá-la na barriga até o nascimento de seu filho.

Criméia foi uma das poucas sobreviventes da Guerrilha do Araguaia. Atualmente, participa da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Além de tentar retomar a história e a memória de seus companheiros de luta, Criméia, em 2005, juntamente com sua irmã, seu cunhado, seus dois sobrinhos e seu filho, entraram na justiça contra o coronel Carlos Brillante Ustra, o então responsável pelo DOI-CODI de São Paulo na época de sua prisão. A ação na justiça não teve consequências criminais ou de punição, mas registra, perante a sociedade brasileira, que o coronel Brillante Ustra foi um torturador.

A importância da frente única: à guisa de conclusão

A frente única inclusiva é uma estratégia crucial para que os trabalhadores possam conquistar um futuro melhor. Em tempos de ataques aos direitos trabalhistas e de governos autoritários, como o de Bolsonaro, a unidade entre as organizações dos trabalhadores se torna essencial para enfrentar esses desafios. A história recente do Brasil, especialmente os eventos em

torno do golpe de 1964 e a ditadura subsequente, oferece lições valiosas sobre a importância dessa unidade.

Antes do golpe de 1964, a maior parte da esquerda brasileira apoiava o governo João Goulart e suas “reformas de base”. No entanto, essa aliança com setores da burguesia nacionalista impediu a construção de uma organização independente dos trabalhadores. Quando o golpe ocorreu, a falta de uma frente única bem estruturada e a confiança excessiva nas instituições burguesas contribuíram para a derrota e a subsequente repressão brutal contra os trabalhadores e suas organizações.

Como visto ao longo do trabalho, essa falta de unidade entre as organizações também é consequência da falta de inclusão entre os organizados, a falta de confiança entre aqueles que, não eram homens e brancos, dificultava na ação de frente única das organizações, pois isso gera um ambiente não confortável e não confiável para aqueles que participam.

Após o golpe, as organizações de esquerda sofreram fragmentação, tanto devido à repressão quanto aos erros políticos cometidos. O PCB, por exemplo, continuou a buscar alianças com a burguesia, ignorando a necessidade de uma organização independente dos trabalhadores. Esse erro estratégico teve consequências graves, incluindo a adaptação às estruturas sindicais estatais e à legalidade eleitoral burguesa, o que levou à falência do partido. A experiência histórica demonstra que a divisão entre os trabalhadores e a falta de uma estratégia clara e independente são prejudiciais à luta contra a opressão e a exploração. A frente única permite que as diversas organizações de esquerda e dos trabalhadores se unam em torno de objetivos comuns, como a defesa dos direitos trabalhistas e a luta contra governos autoritários. Essa unidade é essencial não apenas para resistir aos ataques imediatos, mas também para construir uma base sólida para uma futura transformação socialista da sociedade.

Para que os trabalhadores possam alcançar um futuro melhor, é fundamental construir a unidade na base, nas fábricas, nas escolas e em outros locais de trabalho e estudo. A frente única deve ser organizada de maneira que os trabalhadores possam se mobilizar de forma independente da burguesia, evitando alianças que comprometam seus interesses de classe. Ademais, é necessário a inclusão de mulheres, indígenas, negras e da comunidade LGBTQIAP+, desmistificando o estereótipo que existe em torno dessas figuras, que como visto, também são parte da resistência, da política e da construção da história do país, visto que a maior parte da população brasileira é composta por mulheres, que precisam não só fazer parte do movimento político, mas se sentir parte, se sentir como figura política reconhecida, não sempre apagada ou mistificada.

Referências bibliográficas

ABREU E LIMA, M. do S. de. Entrevista com Criméia Alice Schmidt de Almeida. *Clio: Série Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 26, n. 1, p. 191 - 214, 2008.

ABREU E LIMA, M. do S. Entrevista com Criméia Alice Schmidt de Almeida. *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, n. 26-1, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24201/19640>. Acesso em: 31 jul. 2024.

BEDINELLI, T. Comissão da Verdade: os militares diziam que a tortura não passa nunca: eles tinham razão. *El País*, São Paulo, 14 dez. 2014. Disponível em: https://www.google.com/amp/s/brasil.elpais.com/brasil/2014/12/14/politica/1418512628_738857.html%3foutputType=amp. Acesso em: 08 ago. 2024.

COLLING, A.M. *A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

CORNILS, P. O medo não faz nada: precisa coragem: a saga de 46 anos para um povo xavante voltar à própria terra. *Intercept Brasil*, 2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/02/20/xavante-carolina-rewaptu-mato-grosso-ditadura/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CRIVELARO, T. Uma década de trabalho social: Thaís de Azevedo e o CRD: Colaboradora desde a abertura do serviço traz história de luta por visibilidade. *In: SÃO PAULO (Município)*. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. São Paulo, 6 fev. 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=270969. Acesso em: 31 jul. 2024.

DIAS, J.C.; FILHO CAVALCANTI, J.P.; KEHL, M.R. *et al. Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. 1, dez. 2014.

FREITAS, O. Eles me restituíram uma vida, diz transgênero que ganhou dentes novos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 dez. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/minhahistoria/2016/12/1839938-transgenero-ganha-dentes-novos-de-ong-eles-me-restituiram-uma-vida.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2024.

INCONTÁVEIS: Episódio 6: Povos indígenas na ditadura. [*S. l.*]: Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, 2022. Disponível em: https://youtu.be/jHrJUBMeT_U?si=4_Q8j2Se2Vx1BeBZ. Acesso em: 28 jul. 2024.

JARI. Direção: Jorge Bodanzky; Wolf Gauer. [*S. l.*; *s. n.*], 1979. Disponível em: <https://youtu.be/WZbwNI7U0Fg?si=AnahxopVZkbzFz1U>. Acesso em: 31 jul. 2024.

JOFFILY, M. A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. *Revista Espaço Plural*, Paraná, v. 10, n. 21, 2010.

KOERICH, J. Mulheres militantes na Ditadura Militar brasileira: um olhar sobre a maternidade na clandestinidade. *Ditadura Civil-Militar, repressão e gênero em Santa Catarina*, *Revista Santa Catarina em História*, v. 8, n. 1, p. 86-104, 2014.

LEMOS, N. Rose Nogueira. *TPM - Revista TPM*, [S. l.], 13 jul. 2012. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/rose-nogueira>. Acesso em: 08 ago. 2024.

LIMA, R. Mulher: brasileira e guerrilheira. *Revista Diálogos*, Maringá, v. 4, n. 4, p. 203-217, set. 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37610/19516>. Acesso em: 25 out. 2009.

LOPES, S.S.F. *Resistência, memória e luta feminina na crônica “o capítulo dos relógios” de Eneida de Moraes e em poemas dedicados a Helenira Resende*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras – Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará, São Félix do Xingu, 2019.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. *Criméia de Almeida*, [S. l.]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/crimeia-de-almeida/>. Acesso em: 16 out. 2024.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. *Helenira Rezende de Souza Nazareth*, [S. l.]. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/helenira-rezende-de-souza-nazareth/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. *Rosemeire Nogueira*, [S. l.]. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/rosemeire-nogueira/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. *Zuzu Angel*, [S. l.]. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/zuzu-angel/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

MEMÓRIAS DA DITADURA. *Helenira Rezende de Souza Nazareth*, [S. l.]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/helenira-rezende-de-souza-nazareth/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

MEMÓRIAS DA DITADURA. *Rose Nogueira*, [S. l.]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/rose-nogueira/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

MEMÓRIAS DA DITADURA. *Zuzu Angel*, [S. l.]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/cultura/zuzu-angel/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

MEMÓRIAS FEMININAS DA LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR. Direção: Maria Paula Araujo. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <https://youtu.be/YWtuhUsn5ao?si=AsWYNd6QiLrTCzvE>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MIRANDA, A. *Torre das donzelas*. Disponível em: <https://www.torredasdonzelas.com.br/vozes-da-memoria-videos/ana-bursztyn/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

MONTENEGRO, A.T., RODEGHERO, C.S. ARAÚJO, M.P. (org.) *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

- NOGUEIRA, R. Entrevista. *El País Brasil*, 14 dez. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/14/politica/1418512628_738857.html. Acesso em: 12 out. 2024.
- NOGUEIRA, R. Entrevista. *Revista TPM*, 27 jun. 2014. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/rose-nogueira>. Acesso em: 12 out. 2024.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto 10. História. *Revista do Programa de Estudos da Pós-Graduação em História e do Depto. de História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez.1993.
- O DEPOIMENTO da historiadora Dulce Pandolfi sobre o golpe de 64. *Diário do Centro do Mundo*, 2020. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/fui-cobaia-numa-aula-de-tortura-o-depoimento-da-historiadora-dulce-pandolfi-sobre-o-golpe-de-64/>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- ORGANIZAÇÃO COMUNISTA INTERNACIONALISTA. *A ditadura, os trabalhadores e a necessidade da frente única*, [S. l]. Disponível em: <https://marxismo.org.br/a-ditadura-os-trabalhadores-e-a-necessidade-da-frente-unica/>. Acesso em: 02 ago. 2024.
- ORGANIZAÇÃO COMUNISTA INTERNACIONALISTA. *Punir os crimes cometidos pela ditadura militar!* [S. l], 15 mar. 2014. Disponível em: <https://marxismo.org.br/punir-os-crimes-cometidos-pela-ditadura-militar/>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- PAULA, L. de; PIZZI, L. Puta e comunista: o duplo caráter da tortura feminina no regime militar brasileiro. *Revista Histórias Públicas*, v. 1, n. 1, p. 192–208, 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/historiaspublicas/article/view/6813>. Acesso em: 31 jul. 2024.
- PEDRO, J.M.; WOLFF, C.S. (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. (Série Ensaios). Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/public/storage/ebooks/October2020/03062011-101945feminismo-e-ditadurasfinal2.pdf>. Acesso em: ago. 2024.
- PINTO, A.P.M. História, biografia e autobiografia: as representações sobre a trajetória de Zuzu Angel. História: por quê? para quem? *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - Anpuh-GO*, v. 11, n. 3, p. 96-112, 2016.
- POLLAK. M. Memória, esquecimento, silêncio. *In: Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989.
- POVOS INDÍGENAS E A DITADURA MILITAR. [S. l]: Canal Futura, 2015. Disponível em: <https://youtu.be/M0jtsG5sxFs?si=MaQPURmDc8YDkvMm>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- RAGO, M. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia. *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*, v. 1, p. 156-173, 2010.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, v. 27, n. 54, jul.-dez. 2007.

RITE, C. Território e modo de ser A'uwê Marãiwatsédé - Ti'a na dahoimanadzé Wahi'rata nori tsi Marãiwatsété hoimandzêbdzo hã. *Revista de estudos em relações interétnicas*, [S. l.], v. 22, p. 45-58, jan. 2019.

SCHMIDT, C.A. de A. *Entrevista concedida a Margareth Rago*. São Paulo, 2009.

SILVA, M.G. da. A ditadura, os trabalhadores e a necessidade da frente única. In: ORGANIZAÇÃO COMUNISTA INTERNACIONALISTA, 2023. Disponível em: <https://marxismo.org.br/a-ditadura-os-trabalhadores-e-a-necessidade-da-frente-unica/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27. *Anais [...]*, 2013, Natal. *Marãiwatsédé: memória de luta, resistência e conquista*. Natal: Anpuh, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874922_cba42fb817cc1b6af9c71800627dea03.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.

SOCIALISTA, Travesti. Ditadura nunca mais: a caça às travestis na ditadura militar. In: *Esquerda Online*, [S. l.], 31 mar. 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/03/31/a-caca-as-travestis-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

SOU uma travesti com 74 anos vivendo com orgulho. Youtube: Ter.a.pia, 2022. Disponível em: https://youtu.be/aeDoBQpx-CE?si=_SkFep3CRyHNIHeU. Acesso em: 31 jul. 2024.

THAIS Azevedo (Entrevista para o Inventário Participativo LGBTQIA+ da Região do Largo do Arouche). Direção: Simone Scifoni. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: https://youtu.be/K6cx_BfMn8o?si=4G8Jm-g6mSWE9qJK. Acesso em: 30 jul. 2024.

TORTURA não sai de nós, diz ex-presa política 57 anos após golpe militar. *Universa UOL*, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/31/ana-miranda-ex-presapolitica-da-ditadura.htm/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

VISIBILIDADE trans: a história de Thais de Azevedo. *Catraca Livre*, 2020. Disponível em: https://youtu.be/sxptsySTf_c?si=08x_eCuiEp6nTsEq. Acesso em: 31 jul. 2024.

WOITOWICZ, K.J. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: Imprensa feminina e práticas de ativismo: 50 anos do golpe. *Estudos em jornalismo e mídia*, v. 11, p. 104-117, 27 abr. 2014.